

Entre habitações e conservações: reflexões sobre o modo de habitar em meio aos colapsos climáticos

Between housing and conservation: reflections on the way of living in the midst of climate collapses

Amanda Kapiche Brito¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

São necessárias múltiplas intersecções para pensar sobre as transformações da Terra advindas de determinadas atividades humanas. A crise, o colapso ou a catástrofe climática possui inúmeras nuances e necessita de diferentes percepções para compreender as fragmentações das vidas ocasionadas pelo progresso e desenvolvimento. A partir disso, cada forma de habitar o Globo teve e ainda tem um impacto diferenciado quando se pensa sobre essas alterações. As divisões feitas para enquadrar certas corporalidades em espaços diferentes é uma das reflexões que se inserem nessa discussão quando pensamos sobre a relação entre habitat e degradação/conservação. Assim, o objetivo deste ensaio é buscar aproximações e distanciamentos nas formas de habitar construídas orgânica e artificialmente, bem como refletir sobre esses engendramentos quando associados à noção de preservação sobre o que resta e à invenção de paraísos intocáveis como solução à falta do “natural” no cotidiano urbano. Por meio de uma revisão bibliográfica e o diálogo com autoras/es que abordam temáticas relacionadas ao Antropoceno e demais terminologias correlatas, viso trazer a antropologia de volta à vida ao pensar sua importância para essas discussões.

Palavras-chave: Habitações; Mutações climáticas; Dicotomias; Privatização; Sustentabilidade.

Abstract

Multiple intersections are necessary to think about the transformations of the Earth arising from certain human activities. The crisis, collapse or climate catastrophe has many nuances and needs different perceptions to understand the fragmentation of lives caused by progress and development. From that, each way of inhabiting the Globe had and still has a different impact when one thinks about these changes. The divisions made to frame certain corporalities in different spaces is one of the reflections that fit into this discussion when we think about the relationship between habitat and degradation/conservation. Thus, the aim of this essay is to seek approaches and distances in the ways of inhabiting organically and artificially constructed structures, as well as to reflect on these attitudes when associated with the notion of preservation of what remains and the invention of untouchable havens as a solution to the lack of "natural" in urban everyday life. Through a literature review and dialogue with authors who address themes related to the Anthropocene and other related terminologies, I can bring anthropology back to life by considering its importance for these discussions.

Keywords: Housing; Climate change; Dichotomies; Privatization; Sustainability.

¹ Mestranda no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e graduada em licenciatura e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: amanda.kapiche@gmail.com

*“Calor, muito calor
 Muita poluição, muita poluição
 Você parou pra pensar? Você parou pra pensar?
 Tem que parar de gastar, tem que parar de tanto comprar
 Será que percebeu que a cada ano que passa, ano após anos, ano após anos
 E a cada hora que passa, a Terra vai esquentando
 Eles fazem reuniões, depois divulgam na imprensa, mas não vai adiantar
 Pois, o que eles querem mesmo é lucrar, lucrar, lucrar.”*
 (Ponto de Equilíbrio, 2013²)

Introdução

Em tempos de colapsos climáticos advindos das progressões do sistema financeiro hegemônico vigente e/m todos os seus desdobramentos, cabe pensar para que serve a antropologia? Quais contribuições ela possibilita dentro desses debates? Como agir, sendo antropóloga, em meio a tantas convocações e catástrofes? Como (re)existir com e contra as intrusões químicas e físicas que afetam os nossos corpos e os corpos dos mais-que-humanos? Como habitar esse mundo sem causar mais destruição a outros mundos?

São inúmeras perguntas que embaralham as formas que envolvem o como estamos vivendo, bem como imaginamos ou projetamos um futuro. Ao refletir sobre elas, somos levadas a pensar sobre as terminologias que visam demarcar a atual era geológica em que nos localizamos. Tratam-se das variantes advindas da ideia de Antropoceno, primeiramente conceituada por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), como Capitaloceno, Negroceno, Chthuluceno, Plantationoceno, as quais visam fazer perguntas aos diferentes problemas que envolvem as alterações materiais sob o globo bem como e criar respostas para eles.

Donna Haraway (2016) traz contribuições bem interessantes para pensar sobre essas nomeações, ao estabelecer que se tratam de noções de escala, relações com taxa de velocidade, sincronicidade e complexidade. Pensando que cada nome trata de situar um agente específico como mobilizador das alterações em curso na Terra, Haraway (2023) nos propõe *ficar com o problema*. Isso nos ajudaria a desacelerar, de algum modo, além de não sucumbir às duas oposições dadas como “solução”, sendo a primeira voltada à crença irrestrita na tecnologia e a segunda a que alimenta a impotência de se engajar de alguma forma porque não resta mais mundo, tudo já está no fim. Talvez, seja nesse ponto que a antropologia se destaca com o potencial de trazer à tona os diálogos aprendidos por meio da experiência com os outros, como sugere Tim Ingold (2019, p. 67), para o qual “a antropologia

² Música da banda brasileira de reggae Ponto de Equilíbrio, em que o álbum (“Dia Após dia Lutando”) que a música está alocada traz uma série de experiências suburbanas e periféricas, bem como uma crítica de como esses territórios são tratados pelas figuras de poder do Estado.

é uma disciplina que opera imergindo no processo da vida e acompanhando-o.” Assim, entende-se que as respostas não são fáceis, e que nos cabe ficar com o problema para pensar alternativas regenerativas para viver em meio às ruínas.

Com isso, o objetivo deste trabalho é buscar correlações entre as variadas camadas que compõem as alterações climáticas, de forma a interrogar os modos hegemônicos de habitar na e com a Terra, os quais trouxeram severas consequências provocadas em nome do progresso, desenvolvimento e da modernização. Ao abordar a crise climática não como um evento isolado ou meramente ambiental, mas como um processo complexo que intersecciona dimensões políticas, afetivas, ontológicas, corporais, territoriais e epistêmicas, busco destacar como isso se relaciona ao alinhamento a outros discursos envolvendo a privatização mascarada de sustentabilidade. Pensando a partir do movimento de criação, manutenção e disseminação das áreas protegidas e da aceleração das investidas em políticas voltadas para a concessão delas a iniciativas privadas, procuro examinar as justificativas utilizadas, muitas vezes apresentadas como soluções para o “melhor gerenciamento dos recursos”, mas que podem potencializar desastres. Por meio de um diálogo entre autoras e autores que abordam temáticas envolvendo mudanças climáticas e desastres socioambientais relacionados a grandes empreendimentos, proponho uma reflexão sobre esse tipo de mercado “pintado de verde”.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira seção visa trazer uma discussão sobre a relação de habitação, de modo a tecer um diálogo entre os autores Malcom Ferdinand (2022) e Gísli Pálsson (2020) e as elaborações que permeiam o conceito. A segunda seção será voltada para a forma de habitar nas cidades e toda a construção artificial das suas edificações e relações com o ambiente, de forma a situar a ausência de cuidado, seus contrastes e o envolvimento frente às alterações extremas que o clima e os corpos vêm sofrendo. E, por fim, a terceira seção visa tensionar reflexões envolvendo a ideia conservacionista que sistematiza os parques como um tipo de reflorestamento sem mundos (Ferdinand, 2022), visando paisagens heterotópicas que atribuem um uso, acesso e práticas específicas para esses determinados espaços.

Ao situar os parques, mais especificamente, o Parque Estadual Paulo César Vinha, localizado em Setiba-ES, bem como o Parque Estadual de Itaúnas, localizado em Conceição da Barra, como paraísos intocados, em que a natureza encanta e surge como um escape aos momentos de agitação do urbano, essa seção também discute sobre as inclinações do discurso sustentável aliado ao mercado turístico como meio atrativo para iniciativas privadas.

A escolha de pontuar sobre estes dois parques estão situadas nas ameaças das propostas de reformas nessas áreas por meio do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Espírito Santo (PEDUC) desenvolvido pelo Governo do Estado na figura da Secretaria do Meio Ambiente. Esse programa propõe uma concessão por 35 anos para uma iniciativa privada fazer a manutenção da área protegida, sem mensurar os impactos que essas transformações terão.

Habitações

Habitar envolve dispor de moradia, de um ambiente seguro para tecer os vínculos existenciais das vidas. Como Gísli Pálsson (2020, pp. 19-20) define: “Habitar implica algo mais profundo: uma casa tridimensional que fornece raízes e um terreno, um vínculo intrínseco entre uma pessoa e a terra. Em certo sentido, o lugar onde você vive se torna o seu habitat, o centro do seu universo, seu ponto de vista”³. É partindo desse emaranhado entre corpos e ambientes que intento refletir sobre as transformações e as perdas dos mundos humanos e mais-que-humanos que estão sendo minados pela aceleração ditada pelo progresso, pelo des-envolvimento e pelo lucro.

Escrever enquanto se (sobre)vive a essa era geológica suscita diferentes sensações ao pensar que não estamos vivendo uma “fase”, como critica Bruno Latour (2020) sobre o uso da palavra *crise* para se referir às mudanças climáticas, preferindo assim a ideia de mutações climáticas. A noção de que estamos definitivamente em um novo mundo, que apesar de seguir em transmutação, não voltará a dispor das condições anteriores assusta (ou pelo menos deveria) a maioria dos sobreviventes [humanos] dessa época. Contudo, não é o que acompanhamos, costumeiramente, nos cenários políticos locais e globais.

Envolto desse cenário, a definição sobre habitação tecida por Tim Ingold (2015, p. 38) rompe com a ideia de fixidez em habitar, visto que se refere a “iniciar um movimento ao longo de um caminho de vida”. Ao entender o mundo como senciente, habitado por uma reunião de vidas (Ingold, 2012), o ser não se constrói estando em um só lugar, mas ao longo dos caminhos que visam proporcionar encontros com outras vidas vividas, o conhecimento de habilidades e observações e entendimentos a partir dessas relações tecidas. Então, em meio a transmutações climáticas e inúmeras assembleias (Tsing, 2022), formadas nos cenários

³ No original: “Habitat implies something deeper: a three-dimensional home supplying roots and groundedness, an intrinsic bond between a person and the earth. In a sense, consciously or unconsciously, where you live becomes your habitat, the center of your universe, your vantage point”. (Pálsson, 2020, pp.19-20)

perturbados, cabe pensar nas pegadas que estamos deixando (e as que já foram deixadas) ao longo dos caminhos trilhados.

O ato de habitar também carrega a noção de que o ambiente escolhido para a morada disponibiliza meios ideais para a vida, envolvendo, principalmente, fontes como a água. Entretanto, essa relação foi sendo construída criticamente no momento em que as colonizações europeias passaram a categorizar todos os seres como recursos. Exemplo nítido dessa relação é exposta pela nomeação dada quando chegam às Américas, colocando-se como “descobridores” de terras inabitadas. Dessa forma, foi sendo determinado um meio de se relacionar com a Terra, como define Malcom Ferdinand (2022):

Habitar a Terra começa nas relações com os outros. Assim, o habitar colonial designa uma concepção singular da existência de certos humanos sobre a Terra - os colonizadores -, de suas relações com outros humanos - os não colonizadores -, assim, como suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos dessas ilhas. Esse habitar colonial contém princípios, fundamentos e formas (Ferdinand, 2022, pp. 48-49).

No tensionamento de entender que nunca estamos habitando de maneira solo, que estamos envolvidos em malhas de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento (Ingold, 2012) para além do que se vê, difere-se e se categoriza que o modelo de habitação imposto foi baseado em explorações e violências que atravessaram os corpos e os ambientes. Por se tratar da criação de colônias, seus princípios foram situados pela subordinação a um outro habitar, que no caso, referia-se ao das metrópoles, tinha a exploração com fins comerciais sobre as terras e do que nomearam como natureza. Além do altericídio propagado pela recusa de conviver com outros humanos que possuem um outro modo de vida, outras crenças e outros pertencimentos.

O resultado desse projeto colonial em curso por séculos é um dos responsáveis pelas alterações extremas ocorridas com maior frequência no século XXI nas temperaturas, precipitações, ventos e marés que destroem habitações humanas e mais-que-humanas. Então, partindo da lógica do que restará do mundo biodiverso para as futuras gerações, a criação de áreas protegidas começou a ser disseminada.

A dinâmica da modernização (Latour, 2000), conseqüentemente, criou diversas divisões e separações, entre elas a dos ambientes habitáveis e inabitáveis (ou melhor, talvez, evitáveis), como urbano/rural, casa/rua, dentre outros. Assim, coube pensar quais eram os ambientes adequados para alguns seres e não bem vindos para outros. Para dispor de exemplos disso pensemos nas ruas e cidades como ambientes de coabitação multiespecífica

(Coutinho, 2017), visto que diariamente circulam por elas cachorros, gatos, ratos, pombas, mariposas, baratas, morcegos, formigas, cupins e outros. A presença de uns causa repúdio devido à lógica da higienização e desconexão presente nesses espaços, como elabora Nego Bispo (2023):

(...) o humanismo passou a ser um sistema, um reino desconectado do reino animal. Dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os humanos. Os humanos não se sentem como entes do ser animal (Bispo dos Santos, 2023, p. 19).

Com toda a artificialidade construída, é nítido perceber que viver na selva de pedra⁴ é estar permeada de diferentes contradições. O tom de superioridade conferida pelos seres humanos e as categorias criadas para outras espécies em termos de quem pode viver/deve ser protegido e os que devem morrer/devem ser exterminados ou controlados, novamente, conecta-se com a bifurcação entre natureza e sociedade.

As áreas protegidas podem servir como outra exemplificação dessa separação, visto que as unidades de conservação, mais conhecidas como parques naturais, são os espaços que objetivam manter espécies silvestres dentro de um reduto limitado que visa possibilitar sua circulação, manutenção e reprodução, permite a entrada no modo visitante dos humanos e proíbe a entrada/visita/moradia de outros animais, como os domésticos. Entretanto, muitos desses parques ficam localizados em áreas urbanas ou nas suas imediações, o que faz com que esses bichos tenham contato com rodovias (Prates, 2023), casas e demais ambientes que podem trazer riscos a suas existências, principalmente, quando trata-se de épocas de incêndios⁵ ou de outros eventos climáticos que possam vir a resultar nesses deslocamentos bruscos.

Ao refletir brevemente sobre o tempo de extinções que encaminha diferentes seres como “refugiados climáticos⁶”, o mundo vibrante que contém o *shimmer*⁷ (Mello, 2024) precisa ser responsabilizado, no sentido de conferir respostas em sua defesa.

⁴ Termo usado para se referir à cidade e a suas construções.

⁵ No Parque Paulo César Vinha há determinados períodos do ano, principalmente, na baixa do nível dos alagados formados pela lagoa de Caraís, os incêndios aparecem e devastam grande parte da biodiversidade. O final de 2022 foi marcado pelo segundo maior incêndio da história do parque. Ao longo de 34 dias o fogo tomou 555 hectares de vegetação, equivalente a 37% da área total do parque. Apesar de serem recorrentes, com o passar dos anos e das mudanças climáticas a intensidade deles vão sendo agravados, de forma a distribuir os prejuízos aos habitantes da localidade e das suas imediações. Para mais informações: BORÉM, Alberto; JUBINI, Vitor. Após incêndio, Parque Paulo César Vinha renasce das cinzas. 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/meio-ambiente/apos-incendio-parque-paulo-cesar-vinha-renasce-das-cinzas-0623>. Acesso em: 30 jul. 2025.

⁶ Também conhecidos como migrantes do clima, são seres humanas e não humanas que são forçados a se retirar de suas habitações por causa das devastações sofridas por eventos extremos como tsunamis, ciclones, enchentes, secas. Para Malcom Ferdinand (2022) eles são apenas a extensão do fenômeno migratório colonial e pós-

Assim, o cuidado é uma resposta ética que envolve ternura, generosidade e compaixão, e o cuidado é uma contínua assunção de responsabilidade diante da violência e do perigo contínuos. Pulsos de dano e cuidado oferecem uma história peculiarmente reveladora do Antropoceno, destacando emaranhados multiespécies, modos conflitantes de ser humano, morte em massa e, através de tudo isso, como elaboro mais adiante, um grande e alegre desejo de vida (Rose, 2024, p. 6).

São nessas pulsações de vida e morte que observamos as manifestações do Antropoceno, de forma que “o mundo parece andar para frente e para trás ao mesmo tempo” (Taddei, 2020, p. 118). A dinâmica do progresso idealiza um mundo rumo a uma linearidade sem reflexão, como se o risco fosse o preço a ser pago pelo sucesso, ao passo que as catástrofes climáticas marcam uma tentativa de responder e desacelerar esse encaminhamento (Stengers, 2015). Para isso, é interessante pensarmos de que modos habitamos e nos relacionamos com esses habitats.

Habitar [nas] cidades

Pensando em uma das divisões impostas, o espaço configurado como cidades continua se expandindo⁸. Mas afinal, o que é a cidade? Como ela é definida?⁹ Nego Bispo responde diretamente:

É o contrário da mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, *humanizado*. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queriam (Bispo dos Santos, 2023, p. 18).

Esse contraste e higienização destacados na definição de Bispo dos Santos (2023) pressupõe um convívio apartado do que é conhecido como natural. O natural serve só se

colonial, de forma que colapsólogos e ambientalistas tenham reparado esse fenômeno sem a percepção crítica dessas relações históricas de exploração.

⁷ Conceito que permeia o sentido de brilhar; pulso de vida; um êxtase advindo da experiência de renovação, saúde e poder ancestral.

⁸ De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente, 177,5 milhões de brasileiros (87,4%) residem em áreas urbanas. Ver mais em: SIQUEIRA, Breno; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 28 jul. 2025.

⁹ A própria classificação feita pelo IBGE se baseia na delimitação dada pelo município, além de outras variáveis metodológicas para fazer os cálculos do perímetro censitário. Entretanto, a definição usada no presente artigo será voltada para um debate feito por intelectuais indígenas e quilombolas sobre a construção e manutenção desses espaços denominados urbanos para os modernos habitarem. Nos termos que Latour (2000) usa para pensar a Constituição Moderna.

estiver isolado. Exemplo disso é dado pela ideia de se “reconectar à natureza” indo a um parque. Nessa experiência, ver uma espécie de roedor no parque é lindo, mas ver uma na rua, é algo indesejado e é considerado um sinal de sujeira. Se conectar com a natureza num parque é bonito, mas quando o mato cresce na calçada é necessário arrancar, deixar limpo, porque se deixá-los é sinal de desleixo, descuido, segundo terminologia corrente.

O cuidado evocado nos modos de vida urbanos “são situações consideradas de exceção, de falha, e por isso o mundo do cuidado, nas sociedades ocidentais, é simplesmente um apêndice que ninguém quer experimentar, do qual as pessoas querem distância” (Taddei, 2024, p. 89), não sendo visto como sinal do orgânico, da vida pulsante apesar das rachaduras cimentadas. É um tipo de higienização extrema que retira os humanos do lugar em que Donna Haraway (2016) recoloca-os, como compostos, ou como Latour (2020) os define, como Terrestres, ou seja, como um novo ator político que soma à força de atores humanos e não humanos, entre eles a natureza. Pisar na terra, sujar os pés e as mãos, no contato com isso que também nos compõem, minerais, bactérias e demais seres, só é considerado encantamento quando é pontual e advém de uma certa distância, como a ida ao parque.

Quando criança, o parque Paulo César Vinha sempre foi um dos eventos mais esperados das minhas férias de verão. Dentro dessa lógica turística, com fins voltados apenas para o lazer, os parques sistematizam um espaço isolado para se ter contato com essa natureza, um tipo de retorno (temporário). Sempre foi uma euforia arrumar as coisas no dia anterior com a notícia que iríamos passar o dia seguinte inteiro lá. Desde a preparação de lanches para comer e beber, as roupas de banho e toalhas para se secar, as estruturas para montar (guarda-sóis, cadeiras, cangas)... Tudo era preparado para esse momento. A ida se dava bem cedo, por volta das 8h (horário em que o parque abre), bem como só íamos embora quando o parque fechava, às 17h. O dia era voltado a dar um mergulho no mar, voltar para comer alguma coisa, entrar na lagoa (que tem a água mais quentinha), descansar deitada na canga embaixo do guarda-sol... Era um dia e tanto de brincadeiras que começava desde os primeiros passos na trilha, a companhia das borboletas, a pausa para fotos e a presença do canto de pássaros. Mas com o cair da tarde, era hora da despedida. A volta no carro até chegar em casa. Era como se batesse uma sensação de que a casa de outros seres que nutria uma conexão tão profunda com as plantas, as árvores e o solo ao longo daquelas horas de sol que passávamos juntas não podia confluir em um mesmo habitat de onde ficava a minha casa.

Basta olhar ao redor para entender como é construída a relação das cidades com o que é entendido como natureza. O passeio ao parque só existe porque ao redor de onde moramos

retiraram qualquer possibilidade de vida que não a humana e domesticada. Com frequência reflito sobre o que me levou a estudar, a me interessar sobre o que estudo-pesquisa para além da urgência dada às questões ambientais. Nisso, volto a pensar sobre o quanto mudou ao redor de onde moro desde a infância. Moro em um apartamento de um prédio de três andares. Não tem portaria, nem elevador, nem área de lazer. Brincar sempre aconteceu na rua. Mas, hoje, meu prédio fica localizado ao lado de um conjunto de catorze prédios que se dividem em três condomínios. São seis apartamentos por andar que resultam em sessenta, para cada prédio, e oitocentos e quarenta, somando os três condomínios. Desde a construção até este ano de 2025, houve um processo de transformação radical na dinâmica do bairro e na minha rotina também. Durante oito anos de obras, houve o desmatamento da área verde que ocupava o espaço onde hoje se localizam os prédios, bem como o sumiço-desaparecimento de bichos (Coutinho, 2017), como cigarras, saguis e jiboiás, que deixaram de ser vistos e ouvidos, dando lugar a ratos, baratas e muitos mosquitos. Há também o barulho de automóveis e serviços de entrega, que crescem à medida que o final de semana chega. O lixo aumentou de forma exagerada e toda segunda, quarta e sexta, quando ele é retirado de cada um dos apartamentos e levado pelo serviço de limpeza urbana para outro lugar (que ainda é parte do Mundo) são momentos de se ser impactada com o modo de vida-consumo, o que, conseqüentemente, gera um estranhamento pela forma que se habita nesse lugar denominado cidade.

Ao ler Davi Kopenawa (2015) é possível responder a algumas daquelas questões que aparecem a cada ano, como dados alarmantes sobre o esgotamento de recursos da Terra¹⁰, ou sobre temperaturas que superam as habituais¹¹. Dentre outras situações e eventos que fazem questionar se a famigerada humanidade pensa no futuro deixado para suas próximas gerações, bem como sobre a qualidade de vida que proporciona no presente.

Na cidade, nunca é possível ouvir com clareza as palavras que nos são dirigidas. As pessoas precisam ficar coladas uma na outra para poderem se ouvir. O zumbido das máquinas e dos motores atrapalha todos os outros sons; a algazarra das rádios e

¹⁰ O dia da sobrecarga da Terra é um dos exemplos desse momento em que se marca uma data em que a demanda da humanidade por recursos e serviços ecológicos em um determinado ano excede o que a Terra pode regenerar neste mesmo período de tempo. Apesar do cálculo servir como um alarmante do consumo desenfreado disposto pelos modos de vida desenvolvimentistas, também desconsidera a Terra como agente político, ao passo que a reduz a uma provedora de recursos finitos.

¹¹ Exemplo disso foi o ano de 2024, o qual foi atestado como o ano mais quente já registrado, com 1,55% acima dos níveis de temperatura pré industriais tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Apesar da urgência para que acordos e negociações climáticas saiam da esfera do papel para a prática, ainda são vistos muitos dismantelamentos de legislações ambientais e processos advindos do agravamento desse cenário. O Projeto de Lei 2159/2021, mais conhecido como PL da Devastação, o qual foi aprovado pela Câmara de Deputados brasileiros em julho de 2025 é o maior retrocesso ambiental do país em mais de 40 anos, representando um desses fatos que marcam a desimportância dada às questões climáticas.

televisões confunde todas as outras vozes. É por causa de toda essa barulheira na qual eles se apressam durante o dia que os brancos estão sempre preocupados. Seu coração bate depressa demais, seu pensamento fica emaranhado de tonturas e seus olhos estão sempre em alerta. Acho que esse ruído contínuo impede seus pensamentos de se juntarem um ao outro. (...) Para os que cresceram no silêncio da floresta, ao contrário, a barulheira das cidades é dolorosa (Kopenawa; Albert, 2015, p. 437).

A resposta é: as cidades turvam o pensamento. Embaralham os desejos com a ideia do consumo, do trabalho, do dinheiro. Não refletem sobre suas ações. Compram e acreditam que, num futuro, as coisas irão melhorar porque esperam que seus recursos materiais-financeiros aumentem. Sendo nesse ponto que se esquecem que, se tudo nos é dado pela natureza, seja água, alimento, vento, o mínimo que deveríamos retribuir, “tendo ou não uma crença, é respeitá-la” (Jerá, 2020, s.p).

É nessa confluência que os escritos de Antônio Bispo dos Santos (2023), Jerá Guarani (2020) e Ailton Krenak (2022) se encontram. Ambos pensam e questionam a ideia generalizada de humanidade “civilizada”, visto que demarcam que a invenção dessa categoria já determina oposições e exclusões.

E, pensando sobre as rupturas paisagísticas, biodiversitárias e metabólicas operadas pelo modo de habitar colonial desdobrado pela construção e instalação das cidades surgem “uma compreensão do reflorestamento sem o mundo, sem que o aumento da cobertura florestal seja acompanhado do reconhecimento de um mundo comum (...)” (Ferdinand, 2022, p. 110). Por meio de estatísticas sobre as perdas causadas, o processo de descrição atesta o fato de não ser ele mesmo neutro, já que os números e técnicas descritos não são capazes de mensurar todas as dimensões que são atingidas. Assim, o movimento de conservação e divisão de áreas separadas para proteção ou reflorestamento dá vazão a uma exclusão dos humanos e não humanos diversos que compõem esses habitats. Isso também inclui a redução de entendimento da esfera ecológica apenas à materialidade paisagística, ignorando as convivências e realidades sociais e políticas que as construíram, o que é muito perceptível nas narrativas dispostas pelo mercado turístico.

Conservando paraísos exclusivos

Com os prejuízos desdobrados sobre o modo de habitar, o movimento de conservação mundial veio ganhando força a partir dos anos 1864 para agir sobre o processo acelerado de urbanização, de modo que, em 1872, foi criado o primeiro parque nacional do mundo por decreto, em Yellowstone, nos Estados Unidos (Moreira; Gomes; Salvio, 2023). No Brasil, os

seus intentos chegaram posteriormente, a partir dos anos 1930¹² e, a partir disso, o país passou por distintas fases envolvendo a implementação de parques. Com a lei 9.985, sancionada nos anos 2000 com objetivo de instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o movimento de criação de áreas voltadas à conservação foi feito pela configuração das mesmas em dois grupos de unidades de conservação, como as de proteção integral e as de uso sustentável, em que ambas são divididas em diferentes categorias a partir de seus usos, estando os parques dentre as de proteção integral. Entretanto, o presente artigo se desdobrará apenas sobre o grupo de proteção integral referente à categoria das áreas de parque nacional para pensar sobre assembleias ou rearranjos em que mundos multiespécies se encontram (Tsing, 2022).

Para pensar sobre essas áreas protegidas e poder tecer uma crítica à forma com que elas estão sendo vistas e intencionalmente usadas, em tempos recentes, é importante defini-las. O artigo 11º da lei nº 9.985/2000 define que:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Nessa categoria, apenas é admitido o uso indireto do que vem sendo considerado recursos naturais. Assim, ao prever a existência de um órgão gestor responsável pela administração da unidade, bem como incluindo a definição de normas para a realização de pesquisa científica e para a visitação pública, instaura-se uma forma específica de relação entre sociedade e natureza. Essa relação próxima e mediada dos humanos com os não humanos presentes nesse ambiente que se pretende conservar, demarca a divisão entre natureza-cultura, simbolizada no próprio ato de criação, manutenção e expansão do movimento das áreas protegidas.

O ponto central, contudo, é pensar para além dessa divisão entre natureza-cultura, problematizando os engajamentos que sustentam tal arranjo que, no contexto do Antropoceno, opera um discurso generalizante da categoria “humano”. Nessa generalização, pessoas pobres e marginalizadas são atreladas à figura abstrata da humanidade responsável pela degradação ambiental. Sendo nesse ponto que é situado o fato de que “as políticas de reflorestamento fizeram da plantação de árvores, e não da instauração de mundo, seu objetivo” (Ferdinand, 2022, p. 112). Esse primeiro gesto ecológico, então, é expulsar ou afastar a existência do outro dessa imagem ideal de natureza plena.

¹² Criado em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia foi o primeiro parque decretado no Brasil.

Usando da especulação possibilitada pelo fazer antropológico ao pensar sobre dois parques localizados no estado do Espírito Santo em extremos opostos (sul e norte do estado), sendo um deles o Parque Paulo César Vinha, em Guarapari, o outro, o Parque Estadual de Itaúnas, em Conceição da Barra, ambos se configuram como exemplos de áreas disputadas por um discurso de valorização turística e grande potencial de geração de renda para as comunidades do entorno. Por meio da política decretada em 2023 como Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Espírito Santo (PEDUC),

(...) tem[-se] como objetivo principal promover a preservação ambiental de forma harmônica com o desenvolvimento de atividades econômicas de natureza turísticas sustentável dentro das UCs de categoria Parques Estaduais. Para tal, o PEDUC se propõe promover a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento das UCs como atrativos turísticos e a integração das comunidades locais no uso e gestão dessas áreas. (...) Essa parceria respeitará os princípios de conservação ambiental, sendo focada exclusivamente para as áreas de uso público, e exclusivamente nos serviços que dão suporte à atividade de visitação turística, não havendo qualquer proposta de transferência da gestão da UC e de seu patrimônio natural enquanto área de manutenção da biodiversidade e de espécies raras à terceiros.

Neste aspecto a proposta se diferencia completamente de uma privatização, uma vez que o concessionário atuará apenas sobre áreas específicas e sobre critérios contratualmente fixados, permanecendo o IEMA¹³ com a Gestão da UC e com o papel de fiscalizar o contrato como um todo (SEAMA, 2023, s.p.).

A própria expressão desenvolvimento sustentável já soa como contradição. Entregar uma área protegida para uma instituição privada (e estrangeira) e não denominar isso como privatização também se pontua como um eufemismo generalizado. Entretanto, são essas capturas feitas pelo sistema capitalista que aumentam os riscos de crimes a céu aberto (Monteiro; Gonçalves, 2021), como os ocorridos com a mineração em Mariana-MG ou em Brumadinho-MG, possibilitando assim, a propriedade e o uso feito pelas megacorporações sobre o território devastado. Por meio da lógica dos paraísos intocáveis e instituídos, muitas das vezes, como artigos de luxo, ilhas, praias e vilas entraram em um circuito turístico planejado como parte de projeto político do Estado e de demais aparelhos institucionais com objetivo de construir uma imagem do Brasil desenvolvido, junto das belezas naturais, baseado na ideia temporária de se relaxar longe do urbano.

Nessa dinâmica, os parques que estão localizados nas áreas urbanas também começam a ser visados como parte desse consumo, em que, ao serem concedidos para iniciativas privadas, novas estruturas ganham forma nessas áreas, como lanchonetes e restaurantes,

¹³ Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

hotéis e campings e lojas, empreendimentos apresentados como exemplos de atração com uma pegada sustentável, mas que mantêm a produção e o consumo em funcionamento.

Ao possibilitar margens para um uso pretensamente sustentável dessas áreas, o modo de vida precarizado que é disponibilizado pelo sistema capitalista também visa estabelecer fissuras para sustentar seus modos de extração, expropriação e exploração das terras, águas e corporalidades humanas e não humanas.

Outra coisa importante de destacar é a relação entre o que se planeja e o que se executa, ou melhor, entre projeto e realidade, visto que a concessão nos moldes encaminhados e justificados delibera que ela será possibilitada entre a gestão estadual do parque e uma gestão feita por um capital estrangeiro, porém não leva em consideração o cenário atual dos servidores do órgão fiscalizador¹⁴, bem como ignora os possíveis impactos desses empreendimentos atrativos que serão instalados.

Portanto, “é a expulsão do mundo que institui o tal “paraíso” (Ferdinand, 2022, p. 127). Apesar de também já ter sido atestada a relação visceral de proteção das florestas com a presença de povos indígenas e tradicionais.

O estudo do ISA revelou ainda que as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas apresentaram melhor performance na proteção das florestas quando comparadas com Unidades de Conservação de proteção integral ou Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Os territórios de ocupação tradicional também funcionam como barreiras contra o desmatamento.

Atualmente, 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas no sistema nacional de áreas protegidas, que engloba Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. No entanto, as áreas protegidas com presença de Povos Indígenas e populações tradicionais – Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – protegem um terço, cerca de 30,5% das florestas no Brasil (Aragão, 2022, s.p).

A compreensão ambientalista das reservas recusa a convivência com o outro daqui para inventar uma nova concepção dessas terras como “páginas em branco” (Ferdinand, 2022) para receber o outro de lá (turista). Ao invés de possibilitar esses aprendizados de fazer-com, viver-com e construir espaços coletivos de artesanias entre humanos e não humanos, a dinâmica do progresso continua a traçar caminhos lineares que seguem a dinâmica de destruir

¹⁴ O debate sobre a PEDUC, bem como sobre demais esferas, envolvendo o desmantelamento das políticas ambientais, está nitidamente associado ao da precarização das condições de trabalho das/os servidoras/es desses órgãos públicos de fiscalização. A situação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) há anos está acumulando demandas que não conseguem ser garantidas pelo governo do Estado do Espírito Santo. Para além do enfraquecimento institucional do órgão, bem como da desvalorização profissional, há o risco da implementação dessas políticas de privatização da gestão das unidades de conservação, que pode comprometer anos de trabalho desempenhados pelo órgão. Ver mais em: FRIEDRICH, Mariah. Servidores do Iema aprovam estado de greve. 2025. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/servidores-do-iema-aprovam-estado-de-greve/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

para construir em concreto, aço e outros materiais que se pretendem eternos, enquanto nossa própria existência não é (Martin, 2023). Assim, cada vez mais, é urgente pensarmos sobre essas conexões entre nossos corpos e o que criamos e entendemos como habitações, já que grande parte do que é feito o é sobre a terra, assim, precisamos também que seja com ela.

Considerações finais

Como pensar o(s) corpo(s) no(s) espaço(s)? Quais são as ausências passadas e presentes? Quais são as presenças do passado e presente? E quais são (as presenças) imaginadas para o futuro? Que estruturas existem nesse espaço? O que elas tensionam? O que elas relaxam? Ao pensar o espaço da cidade, os prédios, as suas construções e seus tensionamentos feitos de concreto e asfalto que margeiam e, por ora, sufocam a diversidade de existências, é interessante pensar quais seriam as maneiras de se fazer a cidade respirar. Como in(corpo)rar o que é excluído por ela? É, por acaso, possível?

Ficar com o problema exige concluir com mais perguntas frente a tantos emaranhados de fios que se entrelaçam. Pensar sobre o modo de habitar e seus enredamentos envolve perceber o nosso redor e nos questionar se estamos coabitando ou excluindo os demais que também compõem o mundo. Isso, talvez, possa ser uma das reflexões que podemos fazer para pensar por quais vias agir contra os movimentos de privatização e demais precarizações capitalistas.

Com isso, é interessante pensar que a antropologia carrega, de algum modo, a tarefa de aproximar possibilidades para experimentação. Não existe apenas um jeito de habitar o mundo, porém existem modos menos danosos para se conviver com o mundo e se criar outros mundos. É preciso entender os atravessamentos que isso gera e comunica aos nossos corpos e mentes em consonância com outras corporalidades e sciências. A vida aqui é feita pela diferença, mas não pode ser pautada pela distinção entre escalas hierárquicas que visam determinar o que é certo ou errado, bom ou ruim. O habitável precisa ser dialogado com o que nos aproxima e não com o que nos afasta. O mundo tido como natural permeia essas aproximações ao prover a vida em suas dimensões nutricionais, materiais, culturais, espirituais, dentre outros engajamentos.

Ao semear palavras contracolonizadoras, como diz Bispo dos Santos (2023), intenciona-se enfraquecer as palavras que traduzem a lógica do *status quo* operante. Talvez, escrever na era antropocênica trata-se de reencontrar com os mundos vivos para encarar a

vulnerabilidade que constitui nossos corpos com a Terra (Bird Rose, 2013), de modo a narrar as histórias não pela suas decadências, mas por meio dos seus encontros e mistérios, já que a vida nunca conseguirá ser mensurada ou totalizada. Além de provocar uma reflexão e *ficar com o problema*, escrever também se situa como uma possibilidade de ação frente às destruições dos mundos em perdas causadas pelo excepcionalismo de (alguns) humanos.

Referências

- ARAGÃO, Tainá. **Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas**. 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-comprova-que-povos-indigenas-e-tradicionais-sao-essenciais-para>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. . Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL, Redação National Geographic. **O que é o Dia de Sobrecarga da Terra e como ele é calculado?** 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/08/o-que-e-o-dia-de-sobrecarga-da-terra-e-como-ele-e-calculado>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- COUTINHO, Juliana Fausto de Souza; Danowski, Déborah (orientadora). **A cosmopolítica dos animais**. Rio de Janeiro, 2017. 300 p. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.guiavegano.com.br/vegan/acervo-vegano/downloads/artigos/314-a-cosmopolitica-dos-animais/>
- CRUTZEN, Paul J; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, seção Extra! [conteúdo exclusivo online], 06 nov. 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/extra/o-antropoceno/>
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Editora Ubu, 2022, 317p.
- GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 14, p. 12-19, jul. 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/tornar-se-selvagem/>
- HARAWAY, Donna. 2016. **Staying with the trouble**. Durham, London: Duke University Press. Chapter 2: Tentacular Thinking: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene, pp. 30-57.
- HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Available from: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>
- HÍDRICOS, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos. **Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Espírito Santo (PEDUC)**. 2023. Disponível em: <https://seama.es.gov.br/peduc>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- INGOLD, T. **Antropologia: para que serve?** Trad. Beatriz Silveira Castro Filgueiras. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2019, 79p.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832012000100002>
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.
- KRENAK, Ailton; CARELLI, Rita. **Futuro ancestral**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022. 128p.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000 [1994]. Disponível em: <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/jamais-fomos-modernos.pdf>
- LATOUR, B. . (2020). **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno** (1a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo. e-ISBN 978-65-86719-20-8.
- MARTIN, Nastassja. 2023. **A leste dos sonhos: respostas even às crises sistêmicas**. São Paulo, Editora 34. p. 259-260.
- MELLO, P. (2024). Shimmer: quando tudo que você ama está sendo destruído. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 33(1), e215488. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe215488>
- MONTEIRO STELITANO MEDEIROS, A.; GONÇALVES RIBEIRO, G. Imperialismo verde: novas dominações em novos tempos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 134–150, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45068. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45068>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- MOREIRA, Flávia Alves; GOMES, Carolina Ribeiro; SALVIO, Geraldo Majela Moraes. O QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL? **Geographia**, [S.L.], v. 25, n. 55, p. 2-15, 15 ago. 2023. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2023.v25i55.a54235>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- PÁLSSON, Gísli. **Down to Earth**. Punctum books, Earth, Milky Way, 2020. 243p.
- BIRD ROSE, Deborah. 2013. **Slowly ~ Writing into the Anthropocene**. Special Issue Writing creates ecology: ecology creates writing, 20: 1-14. Disponível em: <https://textjournal.scholasticahq.com/article/28826-slowly-writing-into-the-anthropocene>
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023. 112p.
- SOUZA, Oswaldo Braga de. **Câmara aprova ‘PL da Devastação’, o maior retrocesso ambiental do país em mais de 40 anos**. 2025. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/camara-aprova-pl-da-devastacao-o-maior-retrocesso-ambiental-do-pais-em>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- TADDEI, Renzo. Habitar um futuro que não repetirá o passado. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 14, p. 118-127, jul. 2020.
- TADDEI, Renzo. O Antropoceno exige pensar o cuidado de novas formas. **Encontros de cultura & saúde**. Como a antropologia da saúde pode ajudar a pensar o SUS hoje? a. Superintendência Estadual do Rio de Janeiro. Brasília. Ministério da Saúde. 2024
- TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. 2022. São Paulo: n-1 edições. 412 p.
- UNIDAS, Organizações das Nações. **ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais**. 2025.

Anexos

Imagem 1: Esse foi um desenho durante a oficina “Antropoéticas e narrativas híbridas: um fazer (po)ético”, realizada durante a XV RAM, durante uma de suas sessões. O desenho foi produzido com o objetivo de documentar o espaço físico dentro da própria Universidade Federal da Bahia, onde estava acontecendo o evento, de forma a pensar sobre o lugar marcado socialmente, politicamente e afetivamente por histórias, encontros e acontecimentos. O lugar escolhido em questão era um vão entre dois prédios em que aconteciam aulas de humanidades, ciências naturais e artes. Um dos prédios parecia abandonado e o outro era novo, pintado e espelhado. Entre eles, o verde da vida florescia. Plantas, flores, árvores e pixos/grafites muito coloridos coabitavam. Ventava muito, apesar das estruturas e dos corredores que ligavam os dois prédios causarem a sensação de sufoco. As janelas também pareciam grades/jaulas. Nesse contraste, residiam sons de pássaros. A equipe da abertura do evento, bem ao fundo, testava o som dos microfones, diversas mensagens nas paredes nos levavam a diferentes reflexões e linhas e fluxos marcavam o concreto dessas estruturas. Enfim, acredito que a discussão que tentei propor ao longo do texto conversou com essa experiência breve e com a performance final que montamos para intervir de algum modo no espaço.



Fonte: Arquivo próprio, autora, 2025.

Imagem 2: Registros fotográficos do espaço no Campus UFBA que sediou o evento da XV Reunião de Antropologia do Mercosul e que serviu de inspiração para o desenho anterior.



Fonte: Arquivo próprio, autora, 2025.